

# **RESTITUIÇÃO**

## **CANCELAMENTO OU RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO**

### **(IN RFB Nº 1717 de 17/07/2017)**

ATENÇÃO: caso o crédito seja decorrente de pagamento indevido/a maior ou anulação de decisão condenatória/crédito relativo ao comércio exterior que não seja decorrente de cancelamento ou retificação de DI, seguir o check-list "PEDIDO DE RESTITUIÇÃO (pagamento indevido/a maior ou anulação de decisão condenatória/crédito relativo ao comércio exterior - que não seja decorrente de cancelamento ou retificação de DI)" encontrado neste CD, na mesma pasta que este check-list.)

O pedido de restituição pode abranger mais de uma Declaração de Importação, desde que todas se enquadrem no mesmo tipo de retificação dos incisos I e II do art. 46 da IN SRF 680/2006 e sejam da mesma Unidade de Despacho, nos casos do inciso II da IN acima.

### **DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA**

#### **A – PETIÇÃO**

(NOME DO ARQUIVO: Peticao.PDF)

1. Petição em forma livre, em nome da empresa requerente, **assinada por seu(s) representante(s) com poderes para tal**, solicitando a restituição, informando os dados a serem retificados e justificando o motivo da retificação/cancelamento;  
Obs.: **Na petição deverão constar razão social, CNPJ, endereço, telefone e e-mail atualizados do Solicitante para contato;**
2. Formulário **"ANEXO II - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE DIREITO CREDITÓRIO DECORRENTE DE CANCELAMENTO OU DE RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO "** (Anexo II da IN/RFB Nº 1717/2017);

#### **B – DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO**

(NOME DO ARQUIVO: Doc\_identificacao.PDF)

3. Documento de identificação dos signatários das petições e do READ;
4. Instrumento de outorga de poderes para representação da pessoa jurídica, se algum documento for assinado por procurador;
5. Ato constitutivo da pessoa jurídica e suas alterações ou sua última consolidação e alterações, se houver;

#### **C – DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**

(NOME DO ARQUIVO: Doc\_Comprobatorios.PDF)

6. Certidão simplificada ou específica emitida pela Junta Comercial, expedida há no máximo 90 dias;
7. Capa da Declaração de Importação;

8. O Pedido de restituição e ou compensação de II, IPI, PIS e/ou COFINS, deverá estar instruído também com os documentos contábeis que comprovem a assunção dos encargos financeiros, conforme previsto na IN/RFB Nº 1717/2017, art. 3º e no CTN – Lei nº 5.172/66, art. 166.

## **D – READ – RECIBO DE ENTREGA DE ARQUIVOS DIGITAIS**

(NOME DO ARQUIVO: Read\_Assinado.PDF)

9. READ em papel. Se o READ for assinado digitalmente, também deve ser gravado como PDF no mesmo dispositivo de entrega (CD, PEN DRIVE), com o nome READ-Assinado.PDF. Caso o READ ou a procuração que dá poderes para o representante assinar o READ não estejam com reconhecimento de firma, apresentar o original ou cópia autenticada do documento de identificação do(s) respectivo(s) signatário(s), em papel, para conferência de assinatura(s).

### **Observações:**

- Adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico – DTE, no e-CAC (Ver item 2 no ROTEIRO E-PROCESSO - CONTRIBUINTE). Não é necessária a apresentação de comprovante da adesão, mas a falta da adesão é motivo de indeferimento do pedido;
- Qualquer documento apresentado deverá estar em conformidade com a cláusula de administração dos contratos da empresa, devendo estar assinado por quantos sócios ou procuradores forem estipulados na mencionada cláusula;
- **A não apresentação de qualquer um dos documentos acima mencionados deve ser justificada por escrito.**
- Nos casos de recurso contra decisão no processo, este deve ser apresentado em formato compatível com o processo digital, conforme as orientações presentes no "ROTEIRO E-PROCESSO – CONTRIBUINTE" constante deste CD e deverá conter, obrigatoriamente, uma petição de instrução do recurso, informando o número do processo ao qual o recurso se dirige.  
A partir de 21 de março de 2016, de acordo com o Art. 2º, parágrafo 3º da IN RFB Nº 1608/2016, **as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado deverão fazer a juntada de documentos a processo ou dossiê digital de atendimento no e-CAC, através do Programa Gerador de Solicitação de Juntada de Documentos (PGS).** Assim, nesses casos não ocorrerá a recepção de recursos na RFB.
- A assinatura firmada no READ é a prova de que as informações contidas nos arquivos digitais foram prestadas pelo signatário e é o ateste do contribuinte, sob as penas da lei, de que as imagens entregues sem a expressão "cópia simples" são imagens obtidas de documentos originais que estão em seu poder, ficando resguardado à RFB, a qualquer momento, o direito de solicitar os documentos originais, conforme prescrito no § 3º do artigo 1º da Portaria MF nº 527, de 9 de novembro de 2010.

### **DOWNLOAD DO FORMULÁRIO**

- Formulário **"ANEXO II - PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE DIREITO CREDITÓRIO DECORRENTE DE CANCELAMENTO OU DE RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE IMPORTAÇÃO "** (Anexo II da IN/RFB Nº 1717/2017):

**<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/anexoOutros.action?idArquivoBinario=44556>**